

# Problematização de saberes e práticas na terapia ocupacional brasileira: a construção do pensamento crítico entre 1979 e 1996

## Problematization of knowledge and practices in Brazilian occupational therapy: the construction of critical thinking between 1979 and 1996

Sandra Maria Galheigo<sup>1</sup>

doi: 10.11606/issn.2238-6149.v33i1-3e215636

Galheigo SM. Problematização de saberes e práticas na terapia ocupacional brasileira: a construção do pensamento crítico entre 1979 e 1996. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2023 jan.-dez.; 33(1-3):e215636.

**RESUMO:** Este artigo se propõe a apresentar, de modo descritivo e analítico, a constituição histórica do pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira entre 1979 e 1996. Trata-se de pesquisa teórica e histórica, que tomou como objeto discussões-chave em fundamentos histórico-epistemológicos de terapia ocupacional, a partir de leitura reflexiva e crítica da literatura. O estudo fez uso do banco de dados de pesquisa anterior que realizou o levantamento da literatura nacional de terapia ocupacional de 1956 a 2017 por meio de revisão de escopo. Foram utilizados livros, dissertações de mestrado, resumos em anais de evento científico e artigos de periódicos de terapia ocupacional nacionais. A apresentação descritiva e analítica dos resultados é organizada em três tempos distintos: (i) o surgimento dos primeiros registros contra hegemônicos ao final dos anos 1970, publicados em anais de evento; (ii) a produção de estudos críticos em fundamentos histórico-epistemológicos, publicados em dissertações de mestrado e livros de 1987 a 1990 e; (iii) as elaborações críticas ao pensamento biomédico hegemônico, ao asilamento de pessoas e ao modelo técnico-procedimental, publicadas em periódicos de terapia ocupacional de 1990 a 1993/6. O período histórico de 1979 e 1996 marca o surgimento do pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira. Estas elaborações contribuíram para visibilizar um determinado posicionamento ético-político que serviria como alicerce para as práticas emancipatórias que viriam a acontecer na década seguinte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conhecimento; Terapia Ocupacional/Tendências; História.

Galheigo SM. Problematization of knowledge and practices in Brazilian occupational therapy: the construction of critical thinking between 1979 and 1996. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2023 jan.-dez.;33(1-3):e215636.

**ABSTRACT:** This article proposes to present, in a descriptive and analytical way, the historical constitution of critical thinking in Brazilian occupational therapy between 1979 and 1996. It is a theoretical and historical research, which took as its object some key discussions on historical-epistemological foundations of occupational therapy through a reflective and critical reading of texts. The study made use of the previous research database on the national occupational therapy literature from 1956 to 2017 through a scoping review. Books, master's dissertations, abstracts from scientific event annals and articles from national occupational therapy journals were used. The descriptive and analytical presentation of the results is organized into three distinct periods: (i) emergence of the first counter-hegemonic records at the end of the 1970s, published in event annals; (ii) production of critical studies in historical-epistemological foundations, published in master's dissertations and books from 1987 to 1990 and; (iii) critical elaborations on the hegemonic biomedical thought, the institutionalization of people and the technical-procedural model, published in occupational therapy journals from 1990 to 1993/6. The historical period between 1979 and 1996 marks the emergence of critical thinking in Brazilian occupational therapy. These elaborations contributed to make visible a certain ethical-political position that would serve as a foundation for the emancipatory practices that would happen in the following decade.

**KEYWORDS:** Knowledge; Occupational Therapy/Trends; History.

\* Texto elaborado a partir de extrato da tese de livre-docência “Tessituras de uma perspectiva crítica em terapia ocupacional: cotidiano, experiência, emancipação e direitos humanos”, defendida em 12 e 13 de dezembro de 2022, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP.

1. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3295-0188>. E-mail: [sandramg@usp.br](mailto:sandramg@usp.br).  
**Autor para correspondência:** Sandra Maria Galheigo. Centro de Docência e Pesquisa do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Rua Cipotânea 51, Cidade Universitária, São Paulo, SP. CEP: 05360-160. E-mail: [sandramg@usp.br](mailto:sandramg@usp.br)

Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez (p.40)<sup>1</sup>.

## INTRODUÇÃO

A criação dos primeiros cursos de graduação em Terapia Ocupacional no Brasil – na Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro, em 1956, e no Instituto de Ortopedia do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, em 1957 – no contexto da epidemia de poliomielite aconteceu via difusão internacional das profissões de reabilitação sob influência do movimento internacional de reabilitação e da iniciativa de organismos internacionais<sup>2</sup>.

Aqui chegando, essa terapia ocupacional de origem anglo-saxã se encontrou com a ocupação terapêutica aplicada em hospitais psiquiátricos, nomeada como **ergoterapia**, **praxiterapia** ou **laborterapia**, com as quais teve que discriminar denominações e sentidos, e concorrer entre si por objetos, objetivos e métodos, tal como apontado por Brunetto<sup>3</sup>. No Rio de Janeiro, em particular, encontrou-se também com a terapêutica ocupacional de Nise da Silveira, por ela desenvolvida desde 1946 no Centro Psiquiátrico Nacional<sup>4</sup>. Nise havia criado um curso de formação de monitores de Terapêutica Ocupacional em 1948 e seria oficialmente nomeada como chefe do Serviço de Terapêutica Ocupacional (STOR) em 10 de maio de 1956<sup>2,4</sup>. Ela, que usaria o nome **terapêutica ocupacional** por mais de 20 anos<sup>5</sup>, encontrou-se mais tarde impossibilitada de fazê-lo dada a regulamentação da profissão. Assim, ao apresentar sua experiência na Casa das Palmeiras, discutiu as várias denominações para o **método ocupacional**, como também o chamava, e a vitoriosa generalização da expressão terapêutica ocupacional, preferida por ingleses e americanos, mas que, a seu ver, era “pesada como um paralelepípedo” (p.13)<sup>6</sup>. Conta nesse livro que preferia “[...] *emoção de lidar*, palavras usadas por um dos clientes da Casa das Palmeiras, pois sugerem logo a emoção provocada pela manipulação dos materiais de trabalho, uma das condições essenciais para a eficácia do tratamento” (p.13, grifo da autora)<sup>6</sup>. Essa referência à dificuldade do nome terapia ocupacional, embora pareça ter sido motivada pelo impedimento em denominar seu método de

“terapêutica ocupacional”, talvez tenha sido uma das primeiras registradas em publicação.

A terapia ocupacional de origem anglo-saxã chegada ao Brasil predominou e se institucionalizou via regulamentação nacional como uma das profissões de Saúde<sup>7</sup>. Essa recém-criada profissão adotou a tradução literal do inglês *occupational therapy*, em contraste com outros países que mantêm, até hoje, uma maior compatibilidade linguística, como, por exemplo, *ergothérapie*, em francês, *ergotherapie*, em alemão, e *arbetsterapi*, em sueco.

No Brasil, lugar de onde me cabe falar, o encontro desse saber-fazer profissional com seu nome - **terapia ocupacional** – irá lhe render uma trajetória de mal-entendidos e de demandas constantes para que suas profissionais lhe traduzam o sentido. “O que é terapia ocupacional mesmo?” Essa será a questão que não quer se calar, presente no cotidiano das práticas, no diálogo com as famílias e amigos e que ainda emerge nos processos de inclusão do profissional nas políticas públicas.

As estudantes dos anos 1970, grupo a que me filio, ofereciam, à época, a seguinte resposta: “Terapia ocupacional utiliza a atividade, previamente selecionada e analisada, para promover a adaptação biopsicossocial do indivíduo”, proveniente do quase único livro-texto disponível, *Terapêutica Ocupacional* (p.1)<sup>8</sup>:

La única contribución de la terapéutica ocupacional es la de aplicar un programa de actividad normal para **ayudar a la adaptación psicosocial del paciente**, en forma de tratamiento específico o como situación de trabajo simulado. Se relaciona, por consiguiente, con la vida diaria del paciente y constituye el nexo entre la hospitalización y el retorno a la comunidad (grifo nosso).

Esse compêndio<sup>8</sup> que trazia aportes para a intervenção junto a diferentes condições de saúde e deficiência usava como epígrafe de seu primeiro capítulo a definição de 1968 da Associação Americana de Terapia Ocupacional:

La terapéutica ocupacional es el arte y la ciencia de dirigir la respuesta del hombre a la actividad seleccionada para favorecer y mantener la salud, para prevenir la incapacidad, para valorar la conducta y para tratar a **adiestrar a los**

\* O artigo consiste em trabalho apresentado e publicado nos anais do III Encontro Científico Paulista de Terapeutas Ocupacionais em 1975 e pode ser considerado um dos primeiros estudos em fundamentos de terapia ocupacional no Brasil. Teve como objetivo “[...] verificar a existência de uma correlação entre o que é proposto teoricamente a respeito de terapia ocupacional e o que vem sendo feito na prática” (p.213)<sup>3</sup>. Buscando discutir objetivos, objetos e métodos da terapia ocupacional, Brunetto apresenta uma revisão conceitual a partir de Arruda, Azima, Blaya, Bowie, Cerqueira, Fidler, Jentschura, MacDonald, Magnussen, Pinel, Russell, Santos, Scheneider, Nise da Silveira e Simon. Além de apresentar os conceitos de modo sucinto, discute imprecisões conceituais, articulando as diferenças e similaridades entre os conceitos de terapia ocupacional, ergoterapia, laborterapia, praxiterapia e reabilitação.

**pacientes com disfuncionalismos físicos e psicossociais**  
(p.1, grifo nosso)<sup>8</sup>.

Os primeiros cursos de graduação de Terapia Ocupacional no Brasil incorporaram, portanto, práticas profissionais sob a égide da reabilitação de caráter eminentemente técnico e consonante com o modelo biomédico hegemônico, sendo as primeiras referências teórico-práticas: biomecânicas, neurodesenvolvimentistas, percepto-cognitivas, comportamentais e psicanalíticas (baseadas em Fidler & Fidler e Azima & Azima)<sup>2,9,10</sup>. Com a criação de associações científicas estaduais, inicialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, e da Associação de Terapeutas Ocupacionais do Brasil (ATOBR) em 13 de novembro de 1964<sup>2</sup>, começaram a acontecer eventos científicos, dentre os quais o **1º Encontro Científico Paulista de Terapeutas Ocupacionais** em agosto de 1972, organizado pela Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais (APTO)<sup>11</sup> e o **I Encontro Nacional de Terapeutas Ocupacionais** em dezembro de 1974, organizado pela ATOBR<sup>12</sup>. Esses eventos produziram os primeiros anais com trabalhos completos e/ou resumos ampliados sobre as práticas desenvolvidas no país, trazendo um testemunho escrito de como essas intervenções eram realizadas<sup>9</sup>. Entretanto, já nos anos 1960 e 1970, o diálogo com outros saberes e práticas começou a se constituir a partir da incorporação da perspectiva humanista, sob a inspiração da psiquiatria social de Luís Cerqueira e novas leituras e aplicações da psicanálise por Bennetton e Jorge<sup>9</sup>.

Saberes e fazeres profissionais se constituem em diálogo com o existente, isto é, com os contextos socio-históricos e políticos. Ainda, resultam das necessidades e demandas pessoais e coletivas, que emergem, mas que também organizam e situam os modos de intervenção próprios de seu tempo. Assim, respostas são elaboradas em maior ou menor articulação com as políticas públicas a depender dos contextos sociopolíticos. Ainda, os saberes e fazeres profissionais são produzidos a partir das visões de mundo e de sociedade, das ideias e do engajamento que cada um traz para o campo. Há escolhas e tomadas de decisão pessoais e coletivas que acontecem em meio a certo confronto de ideias e posicionamentos, de que fala Bourdieu<sup>1</sup> na epígrafe deste artigo, e que produzem um efeito de campo, isto é, sua constituição é também marcada pela singularidade das discussões que se estabelecem.

Este é o movimento que tem ocorrido na terapia ocupacional brasileira. A incorporação de perspectivas e referenciais em seu corpo teórico-prático tem resultado em reprodução de técnicas, abordagens e intervenções com inovações ao longo do tempo. Mas, tal incorporação

tem também resultado em reflexões e elaborações teórico-conceituais e práticas fundamentalmente distintas das desenvolvidas nos países da América do Norte, Europa e Austrália, onde se originou a terapia ocupacional e de onde ela se difundiu para os países do Sul. Há construções de caráter crítico, produzidas desde o final dos anos 1970, que têm sustentado uma prática situada e engajada e que têm se ramificado criativamente nos diferentes cenários e junto a diferentes populações.

Este artigo se propõe a apresentar, de modo descritivo e analítico, uma leitura sobre a constituição histórica do pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira entre 1979 e 1996. É fruto de reflexões teóricas e históricas em fundamentos histórico-epistemológicos de terapia ocupacional e dialoga com resultados de pesquisa anterior que estudou a entrada de referenciais teórico-práticos e perspectivas teórico-metodológicas na terapia ocupacional brasileira de 1956 a 2017<sup>9</sup>.

## METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa teórica e histórica, realizada por meio de leitura reflexiva e crítica de produções bibliográficas que apresentam discussões-chave em fundamentos histórico-epistemológicos de terapia ocupacional, realizadas por autoras da área entre final dos anos 1970 até meados de 1990 e que refletem o debate acadêmico e profissional no contexto social e político do período.

O estudo fez uso do banco de dados de pesquisa anterior que realizou o levantamento da literatura nacional de terapia ocupacional de 1956 a 2017 por meio de revisão de escopo<sup>9</sup>. Para anos anteriores a 1990, foram analisados livros, dissertações de mestrado e resumos em anais de evento científico. Para o período de 1990 a 1993/6, foram estudados artigos dos periódicos Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo e Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. Cada texto foi lido e analisado em sua elaboração interna e relevância histórica, e sua apresentação descritiva e analítica adota uma sequência temporal. Excertos dos textos são apresentados com o intuito de enfatizar o caráter de depoimento histórico do artigo.

## A problematização e a construção do pensamento crítico na Terapia Ocupacional Brasileira

A problematização se tornou um recurso metodológico importante para elaborações teóricas e práticas de caráter crítico na terapia ocupacional brasileira, resultantes do debate acadêmico e da incorporação de referenciais e perspectivas inéditos, provenientes da Saúde Coletiva e das Ciências

Humanas e Sociais, que vieram a repercutir no saber-fazer da terapia ocupacional<sup>9</sup>.

O surgimento do pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira ao fim dos anos 1970 consistiu em um primeiro momento em problematizar o instituído, mesmo que de modo ainda embrionário. Nota-se, nesse ato inaugural, o reconhecimento da evidente inadequação da aplicação dos recursos da terapia ocupacional anglo-saxã no contexto brasileiro e a busca de referências em outras áreas de conhecimento que pudessem subsidiar leituras de conjuntura e novos repertórios de intervenção mais consonantes com as necessidades e demandas dos diferentes grupos populacionais no Brasil<sup>2,9</sup>.

O movimento de problematização se expandiu e complexificou nos anos 1980, tendo a universidade desempenhado um papel relevante na produção de discursos críticos e práticas emancipatórias na terapia ocupacional entre o final dos anos 1970 e os anos 2000<sup>9</sup>. Embora a elaboração de propostas de mudança não tenha se restringido ao período, muitos dos avanços resultaram desse momento em que projetos universitários de ensino-pesquisa-extensão problematizaram as contradições entre o pensado, o dito e o realizado. A ampliação de cursos de graduação em Terapia Ocupacional no país – de cinco cursos na década de 1970 para treze na década de 1980<sup>2</sup>, a ampliação de seu oferecimento em universidades e o consequente ingresso de docentes em programas de pós-graduação possibilitaram um espaço-tempo fértil para reflexão e articulação sobre os conteúdos a serem ensinados e as práticas a serem realizadas, a luz dos novos conhecimentos que docentes adquiriam em seus processos de formação pós-graduada. Soma-se isso a conjuntura dos anos 1980, momento social e político pela redemocratização da sociedade brasileira. Assim, como motores de problematização dos saberes e fazeres da terapia ocupacional confluíram também elementos produzidos pelos movimentos sociais, pela reforma sanitária, pela luta antimanicomial e pelas articulações a favor da desinstitucionalização de crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência.

Foi nesse período que a terapia ocupacional se tornou objeto de escrutínio ao se problematizar seu compromisso social, ético e político com a transformação da sociedade brasileira. Começou ainda nesse contexto, o aprofundamento crítico, realizado por terapeutas ocupacionais, ao modelo biomédico e hegemônico de saúde e às práticas asilares, bem como o surgimento do debate sobre as concepções de deficiência, loucura, corpo, tutela, poder, exclusão social, dentre outras. As produções mais relevantes são apresentadas a seguir, organizadas em três tempos distintos: o surgimento dos primeiros registros contra hegemônicos ao final dos anos 1970 em anais de

evento; a produção de estudos críticos em fundamentos histórico-epistemológicos, publicados em dissertações de mestrado e livros, de 1987 a 1990 e; as elaborações críticas ao pensamento biomédico hegemônico, ao asilamento de pessoas e ao modelo técnico-procedimental, publicadas em periódicos de terapia ocupacional de 1990 a 1993/6.

### **Primeiros registros contra hegemônicos na terapia ocupacional brasileira**

Para algumas de nós, que estudaram terapia ocupacional nos anos 1970, as posições de Willard e Spackman<sup>8</sup>, de que a contribuição da terapia ocupacional residia na aplicação de um programa de atividades para ajudar à adaptação psicossocial do paciente, soavam por demais funcionalistas, contraditórias e alienantes. Afinal, para essas estudantes e, logo jovens profissionais e docentes, no contexto da produção da desigualdade social pelo modelo econômico concentrador de renda do regime autoritário civil-militar era preciso repensar a profissão e problematizar a prática profissional. Uma prática que, segundo elas, de forma a-crítica, a-histórica e alienada propunha a adaptação psicossocial e treinamento para deficientes, doentes mentais e marginalizados sociais, conforme nomenclatura da época, que viviam em ambientes miseráveis, eram frequentemente institucionalizados e conseguiam seu limitado acesso à reabilitação a partir da caridade de algumas instituições. Promover adaptação psicossocial e treinamento neste cenário lhes soava como produção de conformismo e de submissão ao *status quo*.

Em 1979, nos anais do **5º Encontro Científico da Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais**<sup>13</sup>, encontram-se trabalhos que indicam o início do deslocamento da visão hegemônica da terapia ocupacional, seja por suas proposições, pela ampliação do campo de ação do terapeuta ocupacional, pela crítica a práticas funcionalistas e comportamentais, pela introdução de ideias e conceitos inéditos ou pela utilização de autores associados ao pensamento humanista e crítico. A começar pelo texto “Reflexões sobre as atividades expressivas para uma prática terapêutica ocupacional libertadora”, de Maria Heloisa Medeiros Merhy<sup>14</sup>, que abordava o tema da capacidade criadora e seu enfoque social, com aportes de autores como Leôncio Basbaum, Friedrich Engels, Paulo Freire, Victor Lowenfeld e Carl Rodgers. Com caráter inédito, há o “Relato de uma experiência de terapia ocupacional no campo social”, de Jussara Mesquita Pinto<sup>15</sup>, que apresentava a atuação com jovens na Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM), inaugurando a terapia ocupacional no campo social. O texto “Atuação da terapia ocupacional em um programa de educação

de adultos”, de Soares e Marques<sup>16</sup>, descrevia a experiência da terapia ocupacional na educação de adultos, com base em Paulo Freire, associando a preparação dos educandos para a atividade de leitura com o resgate de sua criticidade em relação a si e ao mundo. Ainda, o trabalho “Em busca de uma terapia ocupacional centrada na criança”, escrito por mim em coautoria com Lilian Magalhães<sup>17</sup>, defendia o uso da atividade lúdica da criança e de sua vivência cotidiana ao invés do uso de jogos pedagógicos padronizados e abordagens comportamentais. Destaca-se, por fim, o texto “Aspectos de Terapia Ocupacional no contexto atual de atendimento à saúde mental”, de Cardoso<sup>18</sup>, que, pelas ideias de Giovanni Berlinguer e Gregório Baremlitt, criticava a segregação institucional em saúde mental e as iniciativas de humanização que não rompiam com a perspectiva asilar. Em suas palavras:

Talvez devamos nos empenhar em descobrir meios viáveis que nos facilitem lidar com as dificuldades da contradição entre se atender ao poder e ao homem; **não mais tentar adaptar o indivíduo à sociedade**, mas tentar devolver a ela as próprias contradições que tenta manter e esconder com a segregação (p.16, grifo nosso)<sup>18</sup>.

Esses anais<sup>13</sup>, produzidos ainda em mimeógrafo, apresentavam trabalhos completos e resumos ampliados, que, comparados às exigências das produções atuais, poderiam ser considerados incipientes. Entretanto, sua leitura indica que perspectivas contra hegemônicas à formação tecnicista, comportamental e funcionalista de origem anglo-saxã e posicionamentos contrários às práticas asilares e excludentes existentes já circulavam entre profissionais e docentes ao final dos anos 1970.

### O foco na terapia ocupacional como lugar de saber e prática: estudos críticos em fundamentos histórico-epistemológicos

Algumas das pesquisas dos anos 1980 tomaram a terapia ocupacional como seu objeto de análise, e se constituíram como os primeiros estudos formais em fundamentos histórico-metodológicos em terapia ocupacional a partir de perspectivas críticas. Esse movimento resultou em dissertações de mestrado e/ou livros, produzidos de 1987 a 1990 por docentes que, embora não fizessem parte de um coletivo único, compartilhavam suas ideias em seus espaços universitários, em encontros interuniversitários sobre fundamentos histórico-epistemológicos de terapia ocupacional, em semanas acadêmicas universitárias e nos Encontros Nacionais de Docentes de Terapia Ocupacional, bianualmente, desde 1986 (Quadro 1).

Essas docentes, graduadas em terapia ocupacional entre 1971 e 1977, formaram-se na Universidade de São Paulo (USP) e na Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro (ERRJ). Foram docentes de cursos de Terapia Ocupacional em São Paulo (uma ainda o é), tendo desenvolvido atividades acadêmicas em quatro universidades do estado de São Paulo e uma faculdade do Rio de Janeiro. Destaca-se também o fato de quatro das cinco docentes terem trabalhado em mais do que uma dessas universidades, o que favoreceu a circulação de suas ideias. cursaram programas de mestrado em Educação e concluíram seus mestrados entre 1987 e 1990. Seus estudos, em destaque no Quadro 1, por seu caráter inédito e crítico em fundamentos histórico-epistemológicos de terapia ocupacional merecem ser contextualizados em sínteses apresentadas por ordem temporal.

**Quadro 1** - Docentes de Terapia Ocupacional, formação graduada e pós-graduada, área de conhecimento, orientação, livros e/ou dissertações de mestrado de 1987 a 1991 e docência em terapia ocupacional

Nome	Graduação		Pós-Graduação			Produção: Dissertação de Mestrado ou Livro	Docência em Terapia Ocupacional
	Local	Ano de conclusão	Local	Área de conhecimento	Orientação	Título da Dissertação (D) ou Livro (L)	Local/Período
Maria Heloísa R. Medeiros	USP	1971	PUCC	Filosofia da Educação	Constança Marcondes César	<i>A terapia ocupacional como um saber: uma abordagem epistemológica e social</i> (1989). (D) <i>Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social</i> . São Paulo/ São Carlos: Hucitec/ EdUFSCar, 2003. (L)	UNIMEP (1977-78); PUCC (1978-80; 1982-85); UFSCar (1985 – 2003*)

Continua

**Quadro 1** - Docentes de Terapia Ocupacional, formação graduada e pós-graduada, área de conhecimento, orientação, livros e/ou dissertações de mestrado de 1987 a 1991 e docência em terapia ocupacional

Continuação

Nome	Graduação		Pós-Graduação			Produção: Dissertação de Mestrado ou Livro	Docência em Terapia Ocupacional
	Local	Ano de conclusão	Local	Área de conhecimento	Orientação	Título da Dissertação (D) ou Livro (L)	Local/Período
Berenice Rosa Francisco	USP	1972	-	-	-	<i>Terapia ocupacional.</i> Campinas: Papyrus, 1988. (L)	PUC (1979-89; 1992-94) USP (1989-92)
Jussara de Mesquita Pinto	USP	1973	UFSCar	Educação	Bruno Pucci	<i>As correntes metodológicas em terapia ocupacional no Estado de São Paulo</i> (1990) (D)	UFSCar (1981-99*)
Léa Beatriz Teixeira Soares	USP	1977	UFSCar	Educação	Valdemar Sguissardi.	<i>Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho? Retrospectiva histórica da profissão no Estado brasileiro de 1950 a 1980.</i> São Paulo: Hucitec, 1991. (1987) (D/L)	PUC (1978-80); UFSCar (1980-2013*)
Sandra Maria Galheigo	ERRJ	1977	UNICAMP	Educação	Milton José de Almeida	<i>Terapia ocupacional: a produção do conhecimento e o cotidiano da prática sob o poder disciplinar - em busca de um depoimento coletivo</i> (1988) (D)	FRASCE (1978-79); PUC (1980-88; 93-94; 1996-2005); USP (2006-Atual)

Fonte: Curriculum Lattes e consulta pessoal; Siglas: USP – Universidade de São Paulo; ERRJ – Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro; PUC-Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas; UFSCar – Universidade Federal de São Carlos; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba; FRASCE – Faculdade de Reabilitação da Associação de Solidariedade à Criança Excepcional. \*Ano da aposentadoria.

*Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho? Retrospectiva histórica da profissão no Estado brasileiro de 1950 a 1980* é uma dissertação de mestrado, posteriormente publicada<sup>2</sup>, que inaugurou as discussões históricas e epistemológicas de caráter crítico na terapia ocupacional brasileira. Como explicitado por sua autora, Léa Beatriz Teixeira Soares, o estudo foi motivado pela busca de subsídios teóricos e históricos que pudessem contribuir para a desalienação da terapia ocupacional brasileira que, não se apropriando das contradições sociais e políticas e dos movimentos sociais do país nos anos 1980, seguia fazendo uma leitura histórica factual e uma prática profissional reducionista, ambas orientadas quase que exclusivamente pela literatura estadunidense e inglesa. O texto critica essa prática pautada na neutralidade do exercício profissional do período, que não considera a produção social da doença e as questões de classe social. A dissertação apontava ainda a existência de uma crise do papel profissional decorrente da formação técnica e biomédica hegemônica, insuficiente para atender às demandas das práticas de educação e saúde dos anos 1980.

A autora concebeu, portanto, seu trabalho a partir da ideia de que era fundamental estudar e divulgar o conhecimento sobre a inserção histórica e social da terapia ocupacional brasileira nas políticas sociais que resultaram na incorporação de determinadas abordagens terapêuticas e práticas institucionais. A dissertação teve como objetivo estudar “a constituição histórica da terapia ocupacional no Estado brasileiro no período de 1950 a 1980, adotando o referencial materialista dialético” (p.15)<sup>2</sup>.

Esse estudo apresenta questões relevantes sobre as condições e relações de trabalho na conjuntura capitalista e problematiza histórico-socialmente o lugar da saúde em uma sociedade de classes. Adiante, aborda as políticas de saúde no século XX em relação às condições estruturais do Estado brasileiro até a ditadura civil-militar. Destaca-se por apresentar uma reconstituição histórica da reabilitação no Estado brasileiro de 1950 a 1980 e do estabelecimento da terapia ocupacional no Brasil. Esse trabalho registrou o primeiro levantamento documental em cursos de terapia ocupacional e de materiais relativos à profissão, tornando-se

referência bibliográfica relevante até hoje. Em seu capítulo final – Terapia ocupacional: do reducionismo a uma práxis unitária – apresenta as primeiras reflexões epistemológicas críticas, publicadas na terapia ocupacional brasileira<sup>2</sup>.

*Terapia ocupacional*<sup>10</sup> é um livro decorrente de pesquisa epistemológica que apresenta discussões teórico-conceituais acerca do processo da prática da terapia ocupacional no Brasil. Sua elaboração foi orientada pela crítica ao papel profissional que se destina à manutenção do *status quo*. Sua autora, Berenice Rosa Francisco, abordando a terapia ocupacional como uma questão de conhecimento, defende que o exercício da prática seja problematizado e compreendido em seus objetivos e processos, de modo a que possam ser apontados os modelos filosóficos a que se alinham. O trabalho se propôs, portanto, a apresentar, a partir da concepção materialista histórica, uma “discussão em torno dos pressupostos, fundamentos da terapia ocupacional, procurando mostrar seu papel como instrumento mantenedor ou transformador da sociedade” (p.12)<sup>10</sup>.

O estudo inicialmente aborda alguns mal-entendidos acerca da terapia ocupacional, dedicando-se a distinguir os conceitos de atividade como exercício, produção, criação e práxis. Ao seu final, diferencia as ideias de rotina e cotidiano sendo o primeiro registro na literatura da terapia ocupacional nacional a propor o conceito de cotidiano a partir de uma perspectiva crítica, ao afirmar que o “cotidiano é o lugar onde buscamos exercer nossa atividade prática transformadora, é o social; é o contexto em que vivemos.” (p.86)<sup>10</sup>.

O livro apresenta criticamente as características e os processos dos modelos de terapia ocupacional positivista e humanista, apresentando seus destinatários, respectivamente, o indivíduo e o cliente. A partir dos referenciais próprios a esses modelos, correlaciona seus objetivos, avaliação e intervenção com concepções de saúde, terapia e sociedade. Conclui por apresentar uma proposta teórico-prática para o modelo do processo de terapia ocupacional materialista-histórica, que defende a ação profissional como “instrumento de polarização e conscientização através da construção de um saber-fazer inserido nas práticas, nas relações e nas experiências do cotidiano” (p.80)<sup>10</sup>. O livro pretendeu deste modo alinhar a terapia ocupacional com as demais práticas sociais que buscavam produzir as condições necessárias para a transformação social no contexto social e político dos anos 1980.

*Terapia ocupacional: a produção do conhecimento e o cotidiano da prática sob o poder disciplinar - em busca de um depoimento coletivo*<sup>19</sup> é uma dissertação de mestrado que teve como foco contrapor a prática terapêutica cotidiana, desenvolvida institucionalmente, e a produção do conhecimento teórico, apresentando reflexões intercaladas com depoimentos de profissionais e extratos de diário profissional. O texto

de minha autoria expressa as contradições que emergem entre as realidades institucionais e sociais e o exercício da prática profissional, argumentando que a adoção de práticas e discursos identificados com o modelo médico hegemônico foram resultantes de processos histórico-sociais e de uma busca de valor profissional como ação de saúde a partir de um modelo de cientificidade. A dissertação critica o conhecimento profissional que desconsidera as experiências pessoais e culturais acumuladas ao longo da história e problematiza o poder disciplinar reproduzido institucionalmente pelas equipes multiprofissionais. Argumenta sobre a importância de uma terapia ocupacional transformadora, considerando que para tal é necessário possibilitar aos envolvidos a compreensão de sua dimensão histórica em uma relação horizontal com a terapeuta ocupacional que os acompanha e que processos e projetos sejam compartilhados. Por fim, destaca a importância do posicionamento ético-político de terapeutas ocupacionais frente às questões de poder próprias às relações sociais e aos dispositivos disciplinares enraizados na profissão e nas práticas sociais e de saúde<sup>19</sup>.

*Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social*<sup>20</sup>, livro que inclui reflexões da dissertação de mestrado e tese de doutorado da autora, apresenta o debate epistemológico e as implicações sociais para a profissão próprias da época, destacando os efeitos do cientificismo. Para tanto, Maria Heloisa Rocha Medeiros, apresenta algumas questões históricas da profissão e a polêmica da caracterização dos modelos de terapia ocupacional, abordando as concepções de homem, saúde e doença presentes nas diferentes práticas de terapia ocupacional. O livro sustenta um posicionamento crítico em relação à ênfase na elaboração de uma nova teoria para a terapia ocupacional e à constante busca de seu *objeto*, como saídas corporativistas para a questão da saúde e defende a necessidade de um posicionamento ético-político do terapeuta ocupacional, discutindo seu papel social no contexto das demandas de saúde da população. Defende a superação de uma perspectiva profissional individualista e o compartilhamento de um trabalho em saúde que possa ser coletivamente “revisto, criticado, refeito e recriado a todo momento em que se reflete sobre ele em função das necessidades apontadas na prática social radical” (p.137)<sup>20</sup>.

*As correntes metodológicas em terapia ocupacional no Estado de São Paulo*<sup>21</sup> é uma dissertação de mestrado que descreve as correntes metodológicas de terapia ocupacional praticadas no Estado de São Paulo no período de 1970 a 1985, nomeadas como positivista, humanista e materialista-histórica. Jussara de Mesquita Pinto, sua autora, apresenta cada uma dessas correntes a partir da contextualização socioeconômica e política do país, com ênfase no Estado

de São Paulo, seguida da descrição e crítica de seus processos de intervenção que são correlacionados às correntes de pensamento em questão. Apresenta e discute cinco práticas profissionais reconhecidas como inovadoras, coletadas por entrevistas com terapeutas ocupacionais de São Paulo. Por fim, desenvolve um diálogo dos seus resultados com as dissertações e livros recém-publicados, apontando que o trabalho visa ampliar a corrente materialista-histórica, considerada como horizonte político, tomando como referência a pedagogia concreta de Paollo Nosella.

Os cinco estudos descritos foram realizados durante os anos 1980 e representam o primeiro movimento epistemológico crítico que tomou a terapia ocupacional como objeto de análise em suas práticas e pressupostos teóricos. Trouxeram contribuições relevantes, algumas que foram superadas por futuras problematizações e outras que permaneceram como referências histórico-epistemológicas e chaves de leitura para trabalhos posteriores.

### **O foco na crítica do mandato social do terapeuta ocupacional e da racionalidade técnico-científica de caráter biomédico e normalizante**

Os movimentos de crítica e resistência à conjuntura social, política e econômica dos anos 1980 foram inspiradores para se pensar o mandato social do terapeuta ocupacional na produção da conformidade e adequação à situação social e política existente. As reformas sanitária e psiquiátrica compuseram o cenário, convocando à reflexão sobre a prática e seus pressupostos o que resultou em uma série de produções críticas sobre a relevância e necessidade de engajamento social e político do profissional, publicadas nos dois primeiros periódicos de terapia ocupacional criados em 1990.

Tratava-se, portanto, de debater e produzir deslocamentos na compreensão da relação entre terapeuta e pessoa em atendimento que colocava a segunda como objeto da ação profissional e o saber técnico como verdade unívoca. Em “Operadores de saúde na área social”, Barros<sup>22</sup> (p.13) pergunta: “[...] que papel social exercemos, os técnicos de saúde na organização social em que vivemos?”. A autora problematiza, assim, a patologização dos problemas sociais e aponta contradições da prática da terapia ocupacional requerida a escamotear o vazio institucional por meio de atividades individuais e grupais e a realizar esforços para produzir a (re)inserção social por meio de objetivos abstratos que em nada remetem a uma possibilidade concreta da realidade social. Finaliza, assinalando:

A utilização, pelos técnicos, das taxonomias redutivas propostas até o momento pelo modelo médico-psicológico

vem mostrando-se insuficiente e inadequada ao extenso leque de situações que se apresentam nos serviços de saúde (Pino, 1987). Tais modelos são construídos sobre uma relação codificada entre uma definição do problema e uma resposta, tendencialmente ideal. Trata-se de promovermos a desmontagem dos aparatos que sustentam o paradigma racionalista problema-solução e perdermos a *inocência* dos técnicos que se crêem neutros como seu conhecimento (p. 15-16, grifo da autora)<sup>22</sup>.

Barros<sup>23</sup> continua essa linha de pensamento em “Habilitar-reabilitar... o rei está nu?”, ao refletir sobre as instituições de reabilitação e a racionalidade técnico-científica que produz a dicotomia entre a dimensão técnica e as questões sociais, políticas e antropológicas:

Talvez seja necessário aproximarmos nossos conhecimentos antropológicos, culturais, artísticos e éticos daqueles científicos. Precisamos de técnicos capazes de valorizar e potencializar inovações como produtos sociais, isto é, que captando os elementos intuitivos que estão no senso comum e nos diversos saberes até agora renegados possam **encontrar soluções localizadas, descolonizadas**. Precisamos de nossa capacidade humana, criadora, criativa e, neste sentido o papel do técnico está na sua capacidade de pôr em crise seu próprio saber, questioná-lo para **encontrar soluções onde ele (o técnico) seja a bússola, porém, navegador e guia sejam as necessidades de quem precise utilizá-lo [...]**.

Não se trata de negar o saber, a técnica, mas de fazê-lo retornar ao lugar de um saber que precisa de se confrontar com outros, com realidades diversas, contraditórias, complexas, e às vezes paradoxais para operar escolhas e não verdades unívocas (p. 103-104, grifo nosso)<sup>23</sup>.

Fazendo um contraponto por outra perspectiva, embora complementar, Fátima Correa Oliver<sup>24</sup> em “Reflexões sobre a relação entre trabalho e saúde e as propostas de intervenção em Terapia ocupacional” aborda como o conceito de trabalho próprio do modo de produção capitalista tem influência na prática da terapia ocupacional praticada no Brasil e que é proveniente dos países capitalistas centrais. Assim, pergunta se essa é a realidade da América Latina e se cabe aqui aplicá-la, considerando o lugar de explorados que os países periféricos cumprem no contexto da divisão internacional do trabalho. Contextualizando a realidade brasileira e a prática da terapia ocupacional nas instituições de reabilitação profissional que “criam aprendizes eternos” e não produzem o retorno ao mercado de trabalho, convida-nos a:

[...] refletir sobre o conhecimento e o reconhecimento de nosso papel e de nossa condição enquanto técnicos neste modo de produção; para que possamos criar formas de intervenção que nos coloquem mais próximos da realidade social e não apenas do controle social, que é o papel fundamental das instituições onde temos trabalhado.

Penso que devemos buscar maior proximidade da realidade de técnicos e de pacientes, de suas necessidades e de sua consciência, bem como das estratégias de sobrevivência de que se utilizam para permanecerem vivos, mesmo que ainda loucos, deficientes e delinquentes (p.80)<sup>24</sup>.

Seguindo pressupostos similares, outros trabalhos do início dos anos 1990 publicaram posicionamentos críticos da compreensão hegemônica pautada na racionalidade técnico-científica de caráter biomédico e normalizante. Ainda, destacaram a relevância de se considerar as condições concretas de vida das pessoas de modo a dar visibilidade às suas necessidades<sup>25-30</sup>. Os estudos também começaram a dirigir seu foco à educação de futuros terapeutas ocupacionais, como as contribuições de Lopes<sup>30,31</sup> que afirma que “[...] a consciência e a conscientização política são vitais para assegurar a formação de profissionais críticos e transformadores” (p.41)<sup>31</sup>, para além da formação técnica necessária.

Nesse percurso de problematização, trabalhos foram sendo produzidos, criticando o instituído e levantando possibilidades de um saber-fazer distinto do normalizador corrente à época. No contexto das discussões relacionadas à pessoa com deficiência, destaco três artigos, que articulam a crítica ao fazer hegemônico e proposições de transformação nas práticas dirigidas a essa população, que, embora apresentem argumentos e pressupostos distintos, dialogam entre si.

Silva<sup>32</sup> em “*O deficiente mental este ser desejante*”, crítica a ideologia na base do atendimento oferecido às crianças e jovens com deficiência intelectual que busca “[...] adaptar a criança ao saber e aos valores da sociedade dominante” (p.22)<sup>32</sup>. À pergunta, “Como o capitalismo, que transforma toda produção humana em mercadoria, valorizando o *ter* em detrimento do *ser*, influencia as relações pedagógicas e terapêuticas?” (p.22)<sup>32</sup>, Silva responde com uma proposição de se pensar a atenção a crianças com deficiência intelectual como seres desejantes, com base em Paulo Freire, Madeleine Freire, Janusz Korczak e Maud Mannoni, como contraposição às práticas educacionais adaptadoras correntes.

Oliver<sup>28</sup> em “O problema da incapacidade e da deficiência”, aponta que, para se produzir uma discussão sobre a prevalência e incidência de incapacidades e deficiências, há que se problematizar os opostos normalidade-anormalidade, saúde-doença, eficiência-deficiência. Indo além, destaca

que a questão da incapacidade e da deficiência não pode ser desconectada da reflexão sobre a diferença de oportunidades e de acesso à riqueza e aos bens sociais, o que faz com que a diferença de classe social seja crucial. Assim, afirma que a “[...] deficiência deve ser entendida historicamente, seu significado e magnitude dependendo do contexto e manifestando-se também como problemas sociais” (p.67)<sup>28</sup>. Defende que conhecer as condições de vida e trabalho das pessoas com deficiência e a qualidade e eficiência dos serviços favorece ao melhor planejamento e atenção a essa população, “[...] onde a **lógica do atendimento seja a da necessidade das pessoas reais, circunscritas em um dado contexto social** e não a lógica de técnicos em saúde algumas vezes preocupados em preservar o espaço de ação de sua corporação profissional” (p.77, grifo nosso)<sup>28</sup>.

Rocha<sup>29</sup> em “*Corpo deficiente: um desvio da norma?*”, reflete sobre a concepção de corpo introduzida pelo taylorismo no início do século XX, que foi “[...] capaz de transformar o corpo do trabalhador em um corpo produtivo, submisso e alienado ao trabalho” (p.183)<sup>29</sup>, isto é, um corpo-máquina, um corpo-relógio. A produtividade, constituindo-se como norma, produz “[...] a sua contrapartida complementar: o corpo improdutivo, corpo doente, logo desviante da norma” (p.183)<sup>29</sup>, o que estigmatiza a pessoa com deficiência. Sua reflexão discorre sobre como o estigma se torna um modo de dominação e de culpabilização da pessoa deficiente por sua diferença. Conclui, afirmando que se as deficiências e diferenças foram consideradas patologia e desvio da norma, corre-se o risco de a atenção a esta população “[...] servir unicamente à perpetuação da segregação, estigmatização e marginalização. A diferença não será considerada, pois será sempre uma ameaça ao exercício do poder do status quo vigente” (p.187)<sup>29</sup>.

Ainda no início dos anos 1990 ampliam-se experimentações para a construção de práticas de terapia ocupacional que, ao invés de proporem a adaptação e a submissão do corpo à produtividade e à norma, buscam recursos que facilitem aos usuários dos serviços a apropriação de si, de seu corpo, de uma mudança de qualidade de vida que seja integrada ao cotidiano, como nos explica Castro<sup>33</sup> sobre a

[...] necessidade de muitas intervenções e processos para a emancipação e tratamento que juntos se complementam. O trabalho corporal, a dança e a expressão corporal correspondem a uma possibilidade, a um pequeno tijolo dentro de uma rede muito complexa e carente de recursos (p.32)<sup>33</sup>.

Por sua vez, Nascimento<sup>34</sup>, em seu seminal artigo “*O mito da atividade terapêutica*”, critica a concepção de atividade e a proposição de que as propriedades

terapêuticas de uma atividade seriam identificadas via uma análise sistemática, o que instrumentalizaria sua posterior prescrição. Sua crítica aborda tanto o estrito enfoque nos aspectos psicodinâmicos da atividade, como a invisibilidade da exclusão que essa concepção de atividade terapêutica produz, principalmente no contexto da atenção manicomial. Nascimento aponta a importância do foco da atenção da terapia ocupacional se deslocar para as necessidades concretas das pessoas excluídas e marginalizadas, isto é, para o mundo da vida cotidiana, de modo a se produzir uma intervenção transformadora, que seja técnica e política.

Estes textos, escolhidos por sua relevância, introduziram debates inéditos que frutificariam em outras produções críticas da terapia ocupacional brasileira. É importante ressaltar que estas discussões, bem como as referidas anteriormente, foram continuadas por novos estudos e continuaram a ser publicadas nos periódicos nacionais com debates interessantes e instigantes<sup>35,36,37</sup>. Mas, esta já é outra história...

## CONCLUSÃO

Este artigo se propôs a apresentar uma leitura sobre a construção do pensamento crítico na terapia ocupacional

brasileira, tomando como foco principal o final dos anos 1970 e meados dos anos 1990, desde a análise da produção bibliográfica nacional. Seu argumento consiste em que esse foi o período das primeiras elaborações críticas e contra hegemônicas de terapia ocupacional no Brasil que se estabeleceram de modo fértil, permeando discursos.

A recuperação histórica destas dissertações, livros e artigos é crucial para afirmar o produzido em todas as nuances possíveis. É importante que se continue a dar visibilidade a discussões que construíram alicerces para as práticas emancipatórias que aconteceriam na década seguinte. Muitos desses textos só se encontram hoje acessíveis em poucas bibliotecas e em acervos pessoais, o que inviabiliza que a nova geração de estudantes e profissionais entre em contato com essa fase fértil da produção crítica da terapia ocupacional brasileira. Mesmo que, para alguns, esses textos possam ser considerados superados, defendendo que suas contribuições podem ser profundamente atuais nos atuais tempos neoliberais. Afinal, são textos históricos, escritos para problematizar as práticas pautadas em abordagens biomédicas e normalizantes, bem como para questionar a racionalidade técnico-científica que busca a evidência científica a partir de uma leitura redutora da realidade social e política.

**Contribuição da autora:** Galheigo, SM foi responsável pela concepção, realização da pesquisa, redação e revisão do texto em sua versão final.

**Fonte de financiamento:** Não houve financiamento

---

## REFERÊNCIAS

1. Bourdieu P. Esboço de auto-análise. São Paulo: Companhia das Letras; 2005.
2. Soares LBT. Terapia ocupacional: *lógica do capital ou do trabalho?* São Paulo: Hucitec; 1991.
3. Brunetto L. Terapia ocupacional: correlação teórico-prática. *Braz J Psychiatry*. 1983;5(19):213-226.
4. Silveira N. 20 anos de terapêutica ocupacional em Engenho de Dentro (1946-1966). *Rev Bras Saúde Mental*. 1966;12:18-159.
5. Silveira, N. *Terapêutica ocupacional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Casa das Palmeiras; 1976.
6. Silveira N. *Casa das Palmeiras: a emoção de lidar*. Rio de Janeiro: Alhambra/Casa das Palmeiras; 1986.
7. Brasil. Decreto-Lei 938 de 13 de outubro de 1969. Brasília; 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-938-13-outubro-1969-375357-publicacaooriginal-1-pe.html>.
8. Willard HS, Spackman, CS. *Terapêutica ocupacional*. Barcelona: J.B. Lippincott Company; 1973.
9. Galheigo SM, Braga, CP, Arthur MA, Matsuo CM. Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. *Cad Bras Ter Ocup*. 2018;26(4):723-738. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1773>.
10. Francisco BR. *Terapia ocupacional*. Campinas: Papyrus; 1988.
11. Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais. *Anais do 1º Encontro Científico Paulista de Terapeutas Ocupacionais*; 1972. São Paulo: APTO; 1972. Mimeografado.
12. Associação dos Terapeutas Ocupacionais do Brasil. *Anais do I Encontro Nacional de Terapeutas Ocupacionais*; 1974. São Paulo: ATOB; 1974. Mimeografado.

13. Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais. Anais do 5º Encontro Científico Paulista De Terapeutas Ocupacionais; 1979. São Paulo: APTO; 1979. Mimeografado.
14. Merhy MHRM. Reflexões sobre as atividades expressivas para uma prática terapêutica ocupacional libertadora. In: 5º Encontro Científico Paulista de Terapeutas Ocupacionais; 1979. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais; 1979. p.35-48. Mimeografado.
15. Pinto JM. Relato de uma experiência de terapia ocupacional no Campo Social. In: 5º Encontro Científico Paulista de Terapeutas Ocupacionais; 1979. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais; 1979. p. 1-8. Mimeografado.
16. Soares LBT, Marques MRM. A atuação da terapia ocupacional em um programa de reabilitação de adultos. In: 5º Encontro Científico Paulista de Terapeutas Ocupacionais; 1979, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais; 1979. p. 49-76. Mimeografado.
17. Galheigo SM, Magalhães LV. Em busca de uma terapia ocupacional centrada na criança. In: 5º Encontro Científico Paulista De Terapeutas Ocupacionais; 1979, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais; 1979. p. 84-87. Mimeografado.
18. Cardoso VL. Aspectos de Terapia Ocupacional no contexto atual de atendimento à saúde mental. In: 5º Encontro Científico Paulista De Terapeutas Ocupacionais; 1979. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais; 1979. p. 9-17. Mimeografado.
19. Galheigo SM. Terapia ocupacional: a Produção do Conhecimento e o Cotidiano da Prática sob o Poder Disciplinar - em Busca de um Depoimento Coletivo [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 1988. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1574733>.
20. Medeiros MHR. Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social. São Paulo: Hucitec-Edufscar; 2003.
21. Pinto JM. As correntes metodológicas em terapia ocupacional no Estado de São Paulo (1970-1985) [dissertação]. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos; 1990.
22. Barros DD. Operadores de saúde na área social. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1990;1(1):11-16.
23. Barros DD. Habilitar-reabilitar... o rei está nu? Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1991;2(2):100-04.
24. Oliver FC. Reflexões sobre a relação entre trabalho e saúde e as propostas de intervenção em Terapia ocupacional. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1990;1(2): 76-80.
25. Lancman S. O dilema do uso de atividades terapêuticas nos hospitais psiquiátricos brasileiros. Cad Bras Ter Ocup. 1990;1(1):24-49.
26. Brunello MIB. Reflexões sobre a influência do fator cultural no processo de atendimento de Terapia ocupacional. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1991;2(1): 30-3.
27. Francisco BR. Notas acerca da questão moral na terapia ocupacional ou correndo por fora da raia. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1991;1(2):27-29.
28. Oliver FC. O problema da incapacidade e da deficiência. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1991;2(2/3):66-77.
29. Rocha EF. Corpo deficiente: um desvio da norma? Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1991;2(4):182-7.
30. Lopes RE. A direção que construíamos: algumas reflexões sobre a formação do terapeuta ocupacional. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1993/6;3(4/7):27-35.
31. Lopes RE. Currículo mínimo para terapia ocupacional: uma questão técnico-ideológica. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1990;1(1):33-41.
32. Silva RJG. O deficiente mental, esse ser desejante. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1990;1(1):22-26.
33. Castro ED. A dança, o trabalho corporal e a apropriação de si mesmo. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1992;3(1/2):224-32.
34. Nascimento BA. O mito da atividade terapêutica. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1990;1(1):11-21.
35. Medeiros MHR. A produção e a transmissão do conhecimento em terapia ocupacional. Cad Bras Ter Ocup. 1990;1(1):2-6.
36. Machado MC. Rumo à ciência da atividade humana. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1991;2(2/3):60-65.
37. Tassara ET. Terapia ocupacional: ciência e tecnologia? Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 1993/6(4/7):43-52.

Recebido em: 02.09.2023

Aceito em: 05.12.2023

